

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Jorge Luis D'Avila

E-mail: jorge.avila@ufms.br

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Submetido: 20/02/2024

Aprovado: 03/06/2024

Publicado: 23/08/2024



<https://doi.org/10.20396/rho.v24i00.8675860>

e-Location: e024035

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

D'AVILA, J. L. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES): análise sobre as intervenções nas universidades realizada no período do governo Bolsonaro - 2019 a 2022. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, n. 00, p. e024035, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8675860.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8675860>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES): ANÁLISE SOBRE AS INTERVENÇÕES NAS UNIVERSIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO GOVERNO BOLSONARO - 2019 A 2022



Jorge Luis D'Avila*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

O artigo pretende analisar a atuação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior no que se refere às intervenções políticas feitas no governo de Jair Messias Bolsonaro nas Universidades Federais no período de 2019 a 2022. Para tanto, utilizamos as técnicas de levantamento bibliográfico e documental, em especial o documento “A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior” produzido pelo ANDES, além de notas, informativos e publicações científicas analisadas na perspectiva do método Materialista Histórico-Dialético. O período foi marcado por intervenções nas escolhas dos reitores, sendo o referido sindicato defensor do direito à liberdade de cátedra e à autonomia das Universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Pública. Sindicato. Militância. Autonomia universitária

NATIONAL UNION OF TEACHERS OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS (ANDES): ANALYSIS ON INTERVENTIONS AT UNIVERSITIES CARRIED OUT DURING THE BOLSONARO GOVERNMENT 2019 A 2022

Abstract

The article intends to analyze the performance of the National Union of Teachers of Higher Education Institutions regarding the interventions policies made in the government of Jair Messias Bolsonaro in Federal Universities in the period of 2019-2022. To do so, we used the techniques of bibliographical and documental survey produced by ANDES, in particular the document: The invention of confusion: dossier on Bolsonaro's interventions in Federal Institutions of Higher Education, in addition to notes, newsletters and scientific publications analyzed from the perspective of the method Historical Materialist Dialectics. The period was marked by interventions in the choice of rectors, with the said union defending the right to freedom of professorship and the autonomy of Universities.

Keywords: Public university. Syndicate. Militancy. University. Autonomy.

SINDICATO NACIONAL DE PROFESORES DE INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA SUPERIOR (ANDES): ANÁLISIS DE LAS INTERVENCIONES EN LAS UNIVERSIDADES DURANTE EL GOBIERNO BOLSONARO - 2019 A 2022

Resumen

El artículo pretende analizar la actuación del Sindicato Nacional de Profesores de Instituciones de Educación Superior respecto de las intervenciones políticas realizadas durante el gobierno de Jair Messias Bolsonaro en las Universidades Federales en el período de 2019-2022. Para ello, utilizamos técnicas de levantamiento bibliográfico y documental producidas por ANDES, especialmente el documento: La invención de la confusión: dossier sobre las intervenciones de Bolsonaro en las Instituciones Federales de Educación Superior, además de notas, informaciones y publicaciones científicas analizadas desde la perspectiva del método. Materialista histórico dialéctico. El período estuvo marcado por intervenciones en la elección de los rectores, defendiendo el citado sindicato el derecho a la libertad de cátedra y la autonomía de las Universidades.

Palabras clave: Universidad Pública. Sindicato. Militancia. Autonomía universitaria.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) nas intervenções feitas no período da conjuntura política, econômica e ideológica de cunho fascista do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no quadriênio de 2019 a 2022, no que concerne ao processo de indicação dos reitores para a gestão das Universidades Federais.

Para tanto, utilizamos como fonte principal o documento intitulado “A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior”, publicado pelo ANDES (2022). Esse procedimento metodológico foi o marco orientador das análises dos discursos na busca de evidências que permitam confrontar o objeto com modelos teóricos de interpretação da realidade preconizados por autores que publicaram livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas. Recorremos também às informações da imprensa nacional, que publicou notícias sobre o assunto em análise nas plataformas digitais.

Salientamos que esse material documental e bibliográfico proporciona reflexões críticas a respeito da ação do Estado no que diz respeito ao planejamento do ensino superior no país. A abordagem crítica do conhecimento constitui-se na busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda, e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições.

As argumentações serão feitas por meio do processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, esclarecendo que, nessa perspectiva, ser radical “[...] é agarrar as coisas pela raiz e raiz para o homem é o próprio homem” (Marx, 1993, p. 86). Tal raciocínio nos permite compreender a natureza do modo de produção vigente e sua relação com a dinâmica do Estado contemporâneo, responsável pela organização do ensino público no país.

Concebendo o Estado nessa concepção, torna-se possível compreender as funções ideológicas atribuídas a ele, à sociedade civil e à educação, com vistas a apreender a natureza contraditória do desenvolvimento do modo de produção capitalista no tocante às políticas públicas para o ensino superior, as quais são utilizadas com “[...] instrumento para projetar o tipo de homem que uma determinada sociedade precisa” (Oliveira, 2009, p. 127), ou seja, um indivíduo que atenda as exigências do mercado de trabalho e gere mais valia.

O Sindicato em questão é uma entidade que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no Brasil. Está articulado aos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de direitos ao trabalho, à habitação, ao transporte público, à reforma agrária, à saúde e à educação. Atua na defesa da Universidade Pública, contra a Reforma Universitária implantada pelo Estado brasileiro, que pretende privatizar o ensino superior, e reivindica políticas de valorização do trabalho docente.

O modo de produção capitalista, para assegurar sua hegemonia, utiliza-se de meios concretos, tais como guerras, corrupções, assassinatos, ditaduras, fascismo, notícias falsas e políticas econômicas de cunho neoliberais, que reconfiguram as relações entre o setor

público e o privado. Essas ações materializam-se no processo de privatização de diferentes serviços, em especial no campo educacional.

Segundo Tonet (2012), as privatizações são uma expressão da luta entre o capital e o trabalho, sendo o meio político e econômico de que a burguesia se utiliza para apropriar-se da riqueza socialmente produzida. Essa apropriação privada “[...] é da própria essência do sistema capitalista, mas a luta em torno dela se intensifica de modo extraordinário em momentos de crise, como é o caso presente” (Tonet, 2012, p. 87).

As Universidades Públicas Federais são constantemente alvo das políticas neoliberais, que se expressam por meio da retirada de recursos financeiros, ocasionando o sucateamento dessas instituições, bem como pela cobrança de mensalidades de cursos de pós-graduação, e pelo incentivo do Estado para a ocorrência de parcerias com empresas privadas, que introduzem as lógicas da gestão empresarial. Esse tipo de gestão pretende modificar o princípio da autonomia universitária mediante a flexibilização do trabalho docente, a fim de alterar o regime público pela contratação via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e ainda substituir a realização de concursos públicos para repor os quadros de técnicos e docentes pela contratação de professores substitutos de forma precária, com sobrecarga de trabalho e má remuneração, fatos que reverberam na qualidade do ensino superior.

Individualmente, os trabalhadores do ensino superior público não conseguem reagir contra a opressão imposta pelo capital e, nesse caso, é necessário proceder como recomendam Marx e Engels (2003): “[...] proletários de todos os países, uni-vos!”. Ressaltamos que uma das instâncias sociais responsáveis, mais não a única, por mobilizar a militância em prol da defesa do ensino são os sindicatos ligados aos docentes das instituições federais. A ausência do sindicato proporciona a dispersão e a divisão da classe trabalhadora, portanto o objetivo do sindicalismo é a capacidade de fomentar a ampliação da consciência dos envolvidos em torno da manutenção da universidade pública.

Justamente em virtude dessa unificação é que o movimento sindical brasileiro foi duramente afetado no governo de Jair Bolsonaro, que aprovou a Medida Provisória (MP) 873, de 01 de março de 2019, que substituiu o desconto direto na folha de pagamentos dos professores filiados para o pagamento via boleto bancário. A MP não foi aprovada no Congresso Nacional e teve duração de 120 dias, mas, mesmo assim, causou prejuízo de aproximadamente R\$ 3 bilhões aos sindicatos. Essa medida descumpriu a legalidade do princípio da liberdade e da autonomia sindical. Tinha o propósito de desarticular a organização sindical da classe trabalhadora para facilitar a aprovação de projetos que retiram direitos dos trabalhadores.

O ANDES-SN atuou de forma importante por meio de ações judiciais para impedir que a MP causasse mais prejuízos aos sindicatos. Ponderamos que as ações ideológicas que constantemente camuflam os fatos podem ser revertidas pelos oprimidos com a intensão de mostrar que o capital e seus representantes não podem ser vistos como benfeitores, e sim como algozes. Dessa forma, as mobilizações sindicais “[...] são a escola de guerra dos trabalhadores, nas quais eles se preparam para a grande luta que não pode ser evitada” (Engels, 2008, p. 61).

CARACTERÍSTICAS IDEOLÓGICAS DO GOVERNO BOLSONARO

O governo Bolsonaro foi o representante de uma organização de direita neofascista ligada ao mesmo movimento do Hemisfério Norte. Segundo Canziani; Martins; Santos. et.al. (2018), tinha o apoio de *Think Tanks* dos Estados Unidos da América por meio da rede *Atlas*, do *Networke e do Instituto Ludwig vonMises*. Também contou com o planejamento de organizações como a *American Conservative Union (ACU)*. No âmbito teórico, seguia as diretrizes de *Matt Schlapp e de Steve Bannon*, aliados diretos do governo *Donald Trump*, além de segmentos da burguesia brasileira ligados ao mercado financeiro, à indústria e ao agronegócio.

Essa conjuntura autoritária e antidemocrática, apoiada por membros do alto escalão das diferentes instituições militares brasileiras, tinha como objetivo intensificar as políticas econômicas neoliberais, eliminar as ações de partidos, movimentos sociais e sindicatos, os quais defendem os interesses da classe trabalhadora e lutam para evitar o desmonte de direitos trabalhistas e sociais. O próprio Presidente menciona em reunião com a extrema direita norte-americana que “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo, [...] nós temos que desconstruir muita coisa” (Marin, 2019, p. 01).

O bolsonarismo frutificou no solo adubado pelo movimento cultural dito pós-modernista e pela reconfiguração da subjetividade e da identidade individual promovida pela sociabilidade neoliberal. Os teóricos do “pós-modernismo” disseminaram a ideia de que qualquer forma de saber, inclusive o discurso científico, constitui apenas uma “narrativa” sujeita à disputa. Assim, embaralhando as esferas dissociadas ao longo da modernidade, transformaram tudo em luta pelo poder, logo, em política (embora se anunciem como uma antipolítica). As formas determinantes de configuração das identidades neste período de hegemonia neoliberal hipertrofiaram a ação individual num mundo hobbesiano de “cada um para si” (e deus contra), destruindo os últimos resquícios dos vínculos sociais comunitários (Canziani; Martins; Santos. et.al. 2018, p. 08).

O Ministério da Educação (MEC) sofreu grande influência desse pensamento. A frente do órgão estavam grupos de pessoas civis e militares que defendiam o mercado financeiro e tinham como objetivo privatizar a educação infantil, o ensino fundamental, o médio e a pós-graduação. Segundo Canziani; Martins; Santos et.al. (2018, p. 09), “O sistema estatal de ensino constitui, para eles, um ‘aparelho ideológico’ imprescindível em sua guerra declarada aos valores da modernidade – sintetizados no slogan ‘marxismo cultural’”.

Cabe destacar que as políticas de financiamento da educação do período em análise tiveram forte influência da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como “Emenda do Teto dos Gastos¹”, a qual foi implantada no governo anterior de Michael Temer. Essa Emenda tinha como objetivo fiscal diminuir gradativamente os valores aplicados na educação pública, os quais eram provenientes dos impostos e do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Essa medida interfere diretamente no artigo 212 da Constituição Federal (CF) de 1988, que vincula os recursos financeiros para serem aplicados na educação.

A desvinculação de recursos da educação afetou diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), instaurando uma crise que prejudicou não só a manutenção das despesas obrigatórias, mas também a expansão dessas instituições, impossibilitando assim o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Canziani; Martins; Santos.et.al. 2018).

Isso abriu espaço para que os reitores das IEFS, aliados e complacentes a essa conjuntura, implantassem programas oferecidos pelo MEC que iam contra os princípios universitários de ensino, pesquisa e extensão, tais como o Programa Institutos e Universidades Inovadoras, Empreendedorismo e Future-se.

O Future-se tinha como objetivo diminuir drasticamente os recursos financeiros das (IFES), abrindo assim campo para o mercado educacional atuar diretamente na parcela de recursos destinados à educação superior.

Do mesmo modo, as agências de fomento à produção científica, como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tiveram seus recursos drasticamente reduzidos e os critérios de distribuição ideologicamente redefinidos (Canziani; Martins; Santos. et.al 2018, p. 09).

Outra questão sobre o programa citado é a forma como ele interferia na autonomia da gestão e no desenvolvimento científico das IEFS, além de fazer ameaças ao direito à liberdade de cátedra docente. De acordo com Leher (2020, p. 4), no momento em que a iniciativa privada celebra contrato com as instituições de ensino, estas ficam subjugadas aos objetivos mercadológicos com a “[...] possibilidade expressa de alienação de patrimônio, os contratos de gestão ancorados em organizações sociais em conexão com fundos de investimentos e, também, as sociedades de propósito específico”.

O programa

[...] não pode ocultar sua natureza bolsonarista: está inscrito na guerra cultural, é hostil à ciência, à autonomia universitária e à liberdade de cátedra e reafirma a definição estratégica de refuncionalização das instituições em “organizações” empreendedoras e inovadoras em um ambiente produtivo em que, regra geral, a pesquisa e desenvolvimento (P&D) é escassa, desprovida de originalidade e minguante (Leher, 2020, p. 4).

Estudos de Leher (2020) denunciam que os recursos destinados ao custeio das IESF não foram suficientes para arcar com as contas básicas de água, luz, internet e serviços terceirizados, tais como limpeza segurança e transporte, além de retirarem dinheiro para a assistência estudantil, sendo necessária a alocação de verbas adicionais para o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Nesse mesmo viés, o Programa Institutos e Universidades Inovadoras e Empreendedoras tinha como foco obrigar as Universidades a buscarem incentivos privados

para financiar projetos e programas de seus interesses. Esse pensamento ideológico seria a resposta para solucionar a crise financeira das instituições de ensino superior.

Se, por um lado as universidades públicas federais sofrem os impactos de medidas adotadas pelo governo com a redução de recursos públicos para a manutenção de suas atividades, por outro, são incentivadas a outras fontes de financiamento com a justificativa do discurso obsequioso, que se torna mais consensual e progressivo nas políticas de gestão das universidades, à produtividade e eficiência (Ramos Junior et al., 2018, p. 1123).

Nesse contexto, cabia ao professor pesquisador ou extensionista captar recursos de forma empreendedora, tanto para o desenvolvimento da ciência quanto para complementar o salário defasado. Essa forma de gestão desloca a centralidade do trabalho social docente da pesquisa em desenvolvimento para a iniciativa individual como explicativos dos resultados e avanços nesse campo.

A ideologia do empreendedorismo a serviço do capital responsabiliza o trabalhador em formação a aumentar constantemente seu nível de instrução para que ele tenha oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, “[...] a diferença das classes sociais é vista não em relação ao capital e, sim, em relação ao conhecimento” (Ramos Junior; *et al.*, 2018, p. 1123).

Vale salientar que em 2019 o MEC foi submetido a um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões de suas despesas discricionárias (gastos não obrigatórios, que inclui a verba de investimentos e pagamento de despesas como água e luz). Essa medida afetou setores da educação, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as Universidades Federais, que tiveram 30% do orçamento bloqueado, percentual que equivale a R\$ 2,4 bilhões (Barone, 2019, p. 02).

Segundo o ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, o contingenciamento seria necessário, pois “[...] a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo. ‘...Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus’” (Agostini, 2019).

Essa declaração foi duramente combatida pelo ANDES-SN que juntamente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados exigiram que o Ministro provasse na justiça tais declarações. Esses cortes ocorreram também no final do ano de 2022, sendo o montante bloqueado equivalente a R\$ 366 milhões, dos quais R\$ 244 milhões estavam destinados às Universidades.

Essa frente política neoliberal de extrema direita, que visa disseminar uma guerra cultural e dismantelar o ensino superior público, encontra resistência nos movimentos sociais, entidades acadêmicas e científicas, estudantes e sindicatos, dentre eles o ANDES, que, ao longo de sua história, mobiliza os docentes das instituições superiores para garantir a valorização da profissão e a liberdade de cátedra fundamental para projetar um futuro que permita à classe trabalhadora ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado.

ANDES CONTRA O NEOFASCISMO EM CURSO NO PAÍS E A DEFESA PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Na gestão Bolsonaro, foram realizadas 55 consultas para eleição de reitores das universidades, dentre as quais 31 nomes foram eleitos pela maioria e nomeados ao cargo e 23 universidades sofreram intervenções; isso equivale a 43% do total de consultas. De acordo com o ministro do MEC, Milton Ribeiro, para ser reitor o candidato “[...] não precisa ser bolsonarista. Mas não pode ser esquerdista, nem lulista” (William, 2021). Essa conduta tinha como objetivo eliminar a disseção e o pluralismo, deixando explícito que seu estilo de governar era por meio do alinhamento acrítico, com a perspectiva de retirar e ou isolar as pessoas que tinham pensamentos contrários aos seus.

Contrário a esse método, o ANDES fez proposições para garantir a autonomia universitária, exigindo que o resultado das eleições fosse aceito sem interferência do Estado. Para o referido sindicato, “[...] esta é a única forma de evitar as manobras que já existiam e foram intensificadas no mandato de Bolsonaro” (Pereira; Zaidan; Galvão, 2022, p. 30).

É fato que dentro das universidades existem divergências ideológicas, expressas por grupos ligados ao capital e grupos ligados à classe trabalhadora, e isso faz parte da democracia. O ANDES preconiza que o gestor escolhido pela maioria mantenha os compromissos assumidos com a comunidade acadêmica e respeite a pluralidade cultural.

Cabe esclarecer que o ANDES, desde a sua fundação na década de 1980, defende que o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos através de eleição direta com a participação de toda a comunidade acadêmica. “A luta tem sido para que, a partir de tais critérios, os eleitos assumam os cargos, sem necessidade de aval, aprovação ou qualquer interferência de autoridade legal, como a Presidência da República ou governos estaduais” (ANDES, 2013, p. 25). Essas determinações estão contempladas no artigo 207 da Constituição Federal, garantindo a autonomia das Universidades.

A seção sindical ANDES denuncia em dossiê que o autoritarismo da extrema direita interferiu no cálculo das eleições acadêmicas. Os candidatos a reitores, para não sofrerem vetos, organizaram suas plataformas de governo levando em consideração as pautas neoliberais, ou se mostraram neutros para agradar o Presidente, e algumas instituições não realizaram consultas para evitar constrangimentos com o MEC. Além disso, cerca de dez universidades tiveram influências externas à comunidade acadêmica, ou seja, a razão para nomear a reitor foi a proximidade política e até mesmo religiosa. Fica evidente que o referido governo não tolerou disseção, pluralidade nem mesmo mediações políticas. Bolsonaro exigia dos futuros reitores uma gestão acrítica, alinhada aos interesses privatistas do mercado.

Segundo o ANDES, o referido governo desenvolveu as políticas de gestão superiores alinhadas às ideias nazistas, a fim de que garantissem uma provável padronização cultural, ética e elitista, sendo os reitores responsáveis para aplicar tais conceitos. A dinâmica para que haja adesão a essas ideologias foi feita mediante cortes no orçamento e pressão política por meio de projetos que a Capes desenvolve. Caso as universidades não se alinhassem aos interesses do governo federal, eram constantemente agredidas, principalmente por intermédio de ataques virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento intitulado “A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior” denuncia como a conjuntura política de extrema direita, que governou o país de 2019 a 2022, tendo como liderança o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, atuou de forma antirrepublicana na nomeação dos reitores das Universidades Federais. Essas medidas prejudicaram o desenvolvimento da ciência brasileira, principalmente no que se refere aos cortes orçamentários, e também causaram conflitos entre docentes contrários à forma como estavam sendo conduzidas as consultas com os apoiadores do referido presidente.

Nas aulas remotas no período pandêmico, professores tiveram suas aulas invadidas por militantes aliados a Bolsonaro, fazendo ameaças e incentivando os acadêmicos a filmarem as aulas com o propósito de constranger professores que defendem a classe trabalhadora. Essas ações eram apoiadas por políticos que acreditam que as Universidades são consideradas antros de pessoas que usam drogas e andam despidos pelos campus.

O ANDES atuou junto às instituições democráticas, dentre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de ações judiciais que garantissem o direito de cátedra e também o respeito de escolha de reitores pela comunidade acadêmica. Uma dessas ações foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 759, que exigia que o Presidente nomeasse o primeiro nome da lista tríplice. Essa ação foi julgada em 2021 pelo Superior Tribunal Federal (STF), que negou o provimento e determinou que o chefe do executivo poderia indicar o gestor de sua confiança (Pereira; Zaidan; Galvão, 2022)

Além da ADPF 759, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6565, movida também pelo ANDES em 2021, junto como o Partido Verde (PV), pediu o cancelamento do artigo 1º da Lei 9.192/1995, que alterou a Lei 5.540/1968, o qual prevê que o reitor e o vice-reitor das Universidades Públicas e os dirigentes das instituições federais de ensino fossem nomeados pelo Presidente da República entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que tivessem título de doutor a partir de listas tríplexes organizadas pelas instituições (Pereira; Zaidan; Galvão, 2022). Essa ação não teve seu mérito julgado e o Ministro Alexandre de Moraes defendeu que o chefe do poder executivo poderia escolher qualquer nome da lista tríplice.

O referido sindicato denuncia que as interpretações do STF sofrem influências políticas e isso causa lentidão no julgamento final das questões. Mesmo assim, é relevante que os movimentos sociais de docentes continuem pressionando a justiça para encontrar uma solução que respeite a autonomia das Universidades Públicas e que o modelo político de governança brasileiro não ordene que o MEC defenda pautas impostas de cima para baixo, sem uma ampla discussão com a comunidade acadêmica.

As ações do governo analisado contribuíram para uma prática ideológica empresarial com vistas a refuncionalizar o cotidiano das universidades à lógica do mercado a fim de minar a autonomia política, pedagógica e de gestão das instituições de ensino superior garantida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, frutos de intensas lutas históricas dos docentes.

Os professores universitários, conscientes da necessidade da manutenção da educação popular, filiados ou não ao ANDES, encontram nessa instituição o alicerce necessário para lutar por um projeto contra-hegemônico, que tenha como meta criticar a sociabilidade de educação determinada pelo modo de produção capitalista. O sindicalismo docente deve pautar junto ao Estado políticas que garantam a formação integral, com probabilidade de emancipar o homem, cumprindo o princípio de laicidade, e que proporcione aos trabalhadores exercer a sua omnilateralidade.

A Universidade e as instituições de classe devem ser entendidas com espaços necessários para derrotar as formas de opressão e a expropriação do homem. Apesar disso, ainda temos no interior do campus universitário docentes que relativizam, secundarizam e criminalizam a militância sindical, mesmo que ela defenda seus interesses. Os sindicatos devem ampliar o debate para conquistar consciências, pois as conjunturas bolsonaristas se fazem presentes e seu combate exige que tomemos posição.

A pretensa neutralidade política de muitos docentes configura-se como um posicionamento adepto ao grupo dominante, já que não lutar pela classe trabalhadora significa consentir com toda a política regressiva e autoritária vivida no Brasil, bem como aceitar o Futura-se, a intervenção nas Universidades Públicas e a retirada de direitos trabalhistas a favor do desmonte da educação pública em todos os níveis. Dessa forma, o movimento sindical acredita que em tempos de retiradas de direitos acentuados pelo projeto neoliberal, é necessário combater os pensamentos sectários, pois eles completam a tarefa da direita defensora do capital para que haja fortalecimento e ampliação da mobilização docente em prol da educação pública.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, R. MEC cortará verba de universidade; UnB, UFF e UFBA já sofrem. **Terra**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-enquadra-unb-uff-e-ufba,5e38f2f9314b693a48dc1ed5b41179c68jeiint5.html>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ANDES. **Cadernos ANDES, nº 2**. Florianópolis: ANDES, 1981. Reedição de 2013. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ANDES. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior**. ANDES. 2022. Disponível em: [Dossiê sobre intervenções do governo Bolsonaro nas Ifes já está disponível em versão digital \(andes.org.br\)](https://www.andes.org.br/dossi%C3%A9-sobre-as-interven%C3%A7%C3%B5es-do-governo-bolsonaro-nas-ifes-j%C3%A1-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel-em-vers%C3%A3o-digital). Acesso em: 20 abr. 2023.

BARONE. I. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. **Gazeta do Povo**, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. EC 95. **Emenda Constitucional n.º 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 5.540/68**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. 1968. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11720106/artigo-16-da-lei-n-5540-de-28-de-novembro-de-1968/jurisprudencia>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei 9.192/1995**. Os dirigentes das IFES são nomeados pelo presidente da República dentro de uma lista tríplice organizada pelo colegiado máximo da instituição de ensino. 1995. Disponível em: <https://egesp-portal.stf.jus.br/noticias/63>. Acesso em: 15 set. 2023.

CANZIANI, A.; MARTINS, R. C. R.; SANTOS, A. F. *et al.* **Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série estudos estratégicos, n. 11). E-book. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/financiamento-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-perspectivas>. Acesso em: 02 maio 2022.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

LEHER, R. Esboço de análise sobre o Projeto de Lei do Future-se. Brasil: **Le Monde Diplomatique**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/projeto-de-lei-do-future-se/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MARIN, D. C. Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita. **VEJA**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Martin Claret, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

OLIVEIRA, V. M. O esporte pode tudo. *In*: MALINA, A.; CESARIO, S. (org.). **Esporte: fator de integração e inclusão social?** Campo Grande: UFMS, 2009.

PEREIRA, A. R. V. V.; ZAIDAN, J. C. S. M.; GALVÃO, A. C. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília, DF: ANDES, 2022.

RAMOS JUNIOR, A. J.; TURMENA, L.; NUNES, S. P. ANDRADE, Z. M. A ideologia do empreendedorismo e da inovação nas Universidades Públicas Brasileiras na fase do capital financeiro/monopolista. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 4[78], p. 1109-1129, out./dez. 201. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652034/18828>. Acesso em: 02 mar. 2023.

TONET, I. **Educação contra o capital.** 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

WILLIAM, J. Ministro da Educação afirma que reitor de universidade federal não pode ser esquerdista. **Cenarium**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/ministro-da-educacao-afirma-que-reitor-de-universidade-federal-nao-pode-ser-esquerdista>. Acesso em: 20 ago. 2022.

AUTORIA:

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professoro Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Contato: jorge.avila@ufms.br

COMO CITAR ABNT:

D'AVILA, J. L. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES): análise sobre as intervenções nas universidades realizada no período do governo Bolsonaro - 2019 a 2022. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, n. 00, p. e024035, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8675860. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8675860>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Notas

¹ Tal Emenda determinou que, por vinte anos o orçamento federal ficará restrito ao valor exercido no ano de 2016, corrigido em 7,2% em 2017, e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) nos anos seguintes. Com isso, criou-se uma “regra de ouro” para os gastos primários federais segundo a qual estes somente podem ser reajustados pelos índices de inflação anual. Acrescente-se, portanto, que, se algum dos órgãos federais descumprir as regras do “teto dos gastos” poderá ser impedido de abrir concursos, contratar novos funcionários e criar novas despesas, dentre outras sanções estabelecidas na EC 95/16 (Canziani; Martins; Santos. et.al. 2018 p. 09).